

Cuiabá
300 anos

Uma terra de direitos
e conquistas



OAB-MT faz sessão solene e campanha por 300 anos de Cuiabá

Página - 6



Com mais de 50 comissões, OAB destaca seu papel social

Página - 8



Exposição convida famílias a despertar vontade de adotar

Página - 9

Suspensão de atividade de delegacias será debatida com advocacia



Página - 03

Vinte membros da advocacia de MT ocupam funções na OAB nacional

Página - 05

OAB-MT cobra plantão na Delegacia da Mulher

Página - 4

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
 Joaquim Felipe Spadoni
 Ulisses Rabaneda dos Santos
 Ana Carolina Naves Dias Barchet
 Duílio Piato Junior
 José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
 Ana Laura Pereira
 Aleandra Francisca de Souza
 Antonio Luiz Ferreira da Silva
 Claudia Pereira Negrão
 Claudio José de Assis Filho
 Daniele Izaura da Silva Cavalari Rezende
 Dauto Barbosa Castro Passare
 Diego Gutierrez de Melo
 Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
 Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
 Felipe de Oliveira Santos
 Hélio Udson Oliveira Ramos
 Hélio Machado da Costa Júnior
 Hélio Nishiyama
 Henei Rodrigo Berti Casagrande
 João Mário Silva Maldonado
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 José Patrocínio de Brito Junior
 José Sebastião de Campos Sobrinho
 Julierme Romero
 Kleiton Araújo de Carvalho
 Leonardo André da Mata
 Luis Felipe Oliveira de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad
 Mauro Paulo Galera Mari
 Pedro Martins Verão
 Roberta Vieira Borges Felix
 Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
 Ronaldo Bezerra dos Santos
 Samir Hammoud
 Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
 Alfredo José de Oliveira Gonzaga
 Alino Sena Rodrigues
 Arnaldo Rauen Delpizo
 Bruna Ergang da Silva
 Bruno de Castro Silveira
 Christian Jacks Lino Gasparotto
 Cibeli Simões dos Santos
 Cristiano Alcides Basso
 Daniele Yukie Fukui
 Dinara de Arruda Oliveira
 Eduardo Alves Marçal
 Fernanda Mamede Beck Roveri
 Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
 Ivan Carlos Santore
 Jaqueline Proença Larréa Mees
 Jefferson Luis de Queiroz
 José Luiz de Aguiar Bojikian
 Kamila Michilo Teischmann
 Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
 Leonardo Giovane Nichele
 Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
 Luiz da Penha Correa
 Mário Olímpio Medeiros Neto
 Narana Souza Alves
 Nelson Aparecido Manoel Junior
 Pedro Antonio dos Santos
 Reinaldo Américo Ortigara
 Rhandell Bedin Louzada
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Ricardo Ferreira Garcia
 Ricardo Zeferino Pereira
 Juliana Ribeiro Salvador
 Selma Pinto de Arruda Guimarães
 Tatiane de Barros Ramalho
 Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 Mario Olímpio Medeiros Neto
 Helio Udson Ramos de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
 Luiz da Penha Correa
 Julierme Romero
 José Luis de Aguiar Bojikian
 Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
 Daniele Yukie Fukui Rebouças
 Roberta Vieira Borges
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pastro Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA**Presidente**

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

RelatoresROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA**2ª TURMA****Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

RelatoresMARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE**3ª TURMA****Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

RelatoresSEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET**4ª TURMA****Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

RelatoresJOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO**5ª TURMA****Presidente**

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

RelatoresROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMEROROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE**6ª TURMA****Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

RelatoresVINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS**7ª TURMA****Presidente**ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA**Relatores**LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR**8ª TURMA****Presidente**

CRISTIANO ALCIDES BASSO

RelatoresJONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO**9ª TURMA****Presidente**

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

RelatoresRAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO**10ª TURMA****Presidente**

SONIA MARIA ALVES SANTOS

RelatoresRAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES**11ª TURMA****Presidente**

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

RelatoresAMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU**DIRETORIA DO TDP****Presidente**

Andre Stumpf Jacob Goncalves

Vice-presidente

Mauricio Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Gilberto Maltz Schier

Secretário-geral Adjunto

Alex Martins Salvatierra

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000**Jornalistas:**Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE**Fotografias:**

ZF Press,

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:**OAB/MT** - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com**Mídias Sociais:**@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt**CAA/MT** (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaobamt**Publicidade:** Boletim Informativo - Comunicação Institucional**Tiragem:** 17.000 exemplares**OAB Mato Grosso** - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Suspensão de atividade de delegacias será debatida com advocacia

Diante da notícia da suspensão de atividades de 16 delegacias no interior do Estado, a OAB-MT reuniu-se com o secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, para discutir a questão.

De acordo com a Polícia Judiciária Civil, o estudo técnico considerou a necessidade de suspensão das atividades nas unidades em razão de não apresentarem atendimento eficiente à sociedade, serem mantidas com média de dois a três policiais e gerarem custo financeiro anual de mais de R\$ 840 mil.

A decisão, aprovada pelo Conselho Superior de Política, prevê a suspensão do atendimento nas delegacias de Luciara, Novo Santo Antônio, Alto Paraguai, Nova Marilândia, Santo Afonso, Nova Lacerda, Bom Jesus do Araguaia, Ponte Branca, São José do Povo, Tesouro, Carlinda, Castanheira, União do Sul, Acorizal, Jangada

e Nossa Senhora do Livramento.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos questionou a efetividade da Segurança Pública, bem como do acesso aos serviços, frente ao fechamento anunciado das unidades. Bustamante ponderou que, com base no levantamento realizado, a medida não altera a rotina dessas cidades, uma vez que apenas oficializa uma situação que já ocorre na prática. Ainda assegurou que os serviços essenciais, tal qual a realização de



um boletim de ocorrência de forma presencial, serão mantidos.

No entanto, para dirimir quaisquer dúvidas sobre a decisão de suspensão das atividades das delegacias, a OAB-MT e

a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) realizarão um debate com os profissionais da advocacia, especialmente para aqueles que militam nas regiões afetadas possam apresentar suas demandas.

OAB-MT recebe procurador-geral de Justiça

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, recebeu o procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, José Antônio Borges Pereira, em uma reunião institucional.

No encontro, além da formalização do convite para que a OAB-MT indique representante para compor a comissão do concurso público para seleção de promotores de Justiça, o presidente da Ordem e o procurador-geral discutiram assuntos relacionados à atuação judiciária no Estado, como o fechamento de delegacias e comarcas.

José Antônio Borges informou que o MP-MT está acompanhando atentamente o processo, visitando as comarcas e promovendo debates com os polos regionais. Oportunidade em que o presidente da OAB-MT sugeriu a participação da advocacia nas reuniões realizadas nos municípios, apresentando suas demandas e experiências de atuação.

Leonardo Campos ainda convidou o procurador-geral para participar da sessão do Conselho Seccional, abrindo oportunidade para expor os projetos de trabalho do MP-MT.



Ordem requer reforço e celeridade na investigação de assassinato de advogado em Sinop

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, requereu à Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT) a apuração célere do assassinato do advogado Francisco Assis Dias de Freitas, vítima de tiros em sua residência, no município de Sinop, no dia 18 de março. Esse foi outro assunto tratado com o secretário da Pasta, Alexandre Bustamante, no dia 22 de março, para solicitar reforço à equipe que investiga o crime.

“O assassinato de um profissional da advocacia constitui grave atentado à justiça e ao estado democrático de direito”, reforçou o presidente no pedido, endossado pelos conselheiros estaduais da OAB-MT por Sinop, Diego Gutierrez de Melo e Henei Rodrigo Berti Casagrande, que o acompanharam na visita à Sesp, junto da vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso.

Leonardo Campos relatou ao secretário que, através do acompanhamento estreito dos fatos feito pela Subseção da OAB Sinop, há indícios de que o crime tenha sido uma execução. Em resposta, o secretário-ajunto de Inteligência da Sesp, Wylton Massao Ohara, informou que a Segurança está acompanhando uma sequência de crimes que ocorreu recentemente na região. “Foram muitos atos de violência. É um sinal amarelo para nós”, acrescentou.

A possível falta de estrutura da Polícia Civil na região preocupa a OAB-MT para que haja a solução do assassinato, como comentou o presidente, tendo em vista que as investigações acontecem não somente na cidade. Por isso, solicitou a designação de uma equipe exclusiva para acompanhar o caso ou para que preste apoio aos investigadores já em atuação.

“Vamos saturar a região”, informou o secretário de Segurança Pública. A reunião também foi acompanhada pelo secretário-ajunto de Segurança, Carlos George de Carvalho.

Mês da Mulher encerra com debate sobre desafios

Mais de 70 mulheres advogadas de diversos municípios de Mato Grosso participaram do evento que marcou o encerramento da campanha “Março Sempre Mulher” em Cuiabá, no dia 28 de março. Ao longo do mês, uma programação repleta de ações em todo o Estado, voltadas não apenas para as profissionais da advocacia, mas para toda a sociedade.

“Levar à população, às mulheres e aos homens a informação necessária, tentar mudar exatamente essa situação de machismo que ainda impera. Isso é educação e isso a gente tem que buscar desde o banco da escola, com as crianças, até já lá no presídio como foi feito em Cáceres, por exemplo, com as palestras para aqueles que já estão cumprindo pena por violência doméstica. Esse envolvimento da Comissão de Direito da Mulher (CDM) realmente foi bastante gratificante”, destacou a vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso.



Ao todo, foram mais de 60 eventos realizados ao longo do mês pela CDM em parceria com a CAA/MT. Além de promover a reflexão sobre temas sociais e os desafios profissionais, os eventos também foram ponto de confraternização e troca de experiências.

Presidente da CDM, Clarissa Lopes Dias enfatizou que em todo o mundo as mulheres começam a ganhar seu espa-

ço, aumentando suas participações nos parlamentos, a exemplo do que aconteceu nas eleições dos Estados Unidos e do Brasil. “Estamos num momento peculiar. As mulheres percebem que é importante sim ocupar lugar nas mesas de discussões, participar das políticas públicas e de suas carreiras”, destacou.

O universo de mulheres advogadas em Mato Grosso já se aproxima

da metade de profissionais existentes: 47,26% do total 18.541.

No encerramento, a segunda edição do Workshop das Mulheres traduziu um pouco deste paralelo entre os desafios profissionais e pessoais das mulheres advogadas e trouxe as palestras “A Importância da Gestão de Escritório de Advocacia” e “Despertar do Eu”.

A consultora de Gestão Integrada do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Mato Grosso, Denise Pimpim, ressaltou a importância de uma visão empreendedora para as profissionais autônomas, abordando técnicas de gerenciamento de seus escritórios que propiciem melhores resultados.

Já a coach Iwana Luiza Masson envolveu as advogadas em atividades que para promover mudanças de padrão de pensamento através do alinhamento de níveis neurológicos, proporcionando mais qualidade no dia a dia das profissionais.

OAB-MT cobra plantão na Delegacia da Mulher

Em reunião entre a diretoria da OAB-MT com o secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, a vice-presidente Gisela Cardoso reforçou a cobrança por atendimento em regime de plantão na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, em Cuiabá.

De acordo com os dados divulgados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), das 82 mulheres assassinadas no ano passado, 38 foram vítimas de feminicídio (46%) e 32% dos

casos ainda estão sendo apurados.

No entanto, a violência doméstica atinge índices ainda mais alarmantes. Estudos sobre o tema apresentados na Conferência Internacional de Direitos Humanos realizada pela OAB em maio do ano passado apontam que quase 15% de todos os homicídios resultam de violência doméstica.

O levantamento também aponta que 56% desses crimes são cometidos entre 18h e 6h e, em relação aos dias da semana, 32% ocorrem no sábado ou do-

mingo. Por isso, a necessidade de atendimento em regime de plantão é essencial para que as vítimas possam buscar o socorro adequado para sua proteção.

Apesar dos registros poderem ser feitos junto à Central de Flagrantes, que mantém funcionamento 24 horas, a vice-presidente destaca a necessidade de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência.

O secretário informou que as reformulações estão sendo estudadas, inclusive com a separação do Núcleo do

Idoso, que atualmente funciona junto à Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, da unidade, visando otimizar os atendimentos a serem prestados.

Além da reforma na unidade física, Alexandre Bustamante pondera que a as mudanças estruturais, que dependem de contratação e remanejamento de pessoal, são mais complexas e, por isso, a viabilização do regime de plantão na unidade não pode ser imediata, mas já estão sendo realizados estudos e esforços para a implantação da mudança.

Advogadas contribuem com a Ação Arco-Íris

No primeiro dia de arrecadação da Ação Arco-Íris, desenvolvida pela Comissão de Diversidade Sexual (CDS) da OAB-MT em parceria com a Comissão de Direito da Mulher (CDM), dezenas de peças do vestuário feminino foram arrecadadas.

As mulheres advogadas aderiram maciçamente e contribuíram com a ação que contará com outras datas de coleta. Cerca de 70 participantes do evento alusivo ao Mês da Mulher doaram várias peças. Até quem não participou das palestras fez questão de levar sua doação.

De acordo com o presidente da CDS, Nelson Freitas Neto, todo o material arrecadado durante a Ação Arco-Íris será destinado à população LGBTI+ privada de liberdade em Mato Grosso. Criada em 2012, a ala Arco-Íris do Centro de Ressocialização de Cuiabá (CRC) foi uma das pioneiras e conta, atualmente, com 28 reeducandos entre gays, travestis e transexuais. Em Rondonópolis, a penitenciária Major Eldo de Sá Correa “Mata Grande” tem 15 reeducandos na ala aquarela.

A arrecadação de peças do ves-



tuário feminino visa que a população LGBTI+ privada de liberdade em Mato Grosso tenha condições minimamente dignas, respeitando seus direitos indivi-

duais e a identidade de gênero. Toda a sociedade pode contribuir doando peças do vestuário feminino e as doações serão realizadas em datas pontuais.

Vinte membros da advocacia de MT ocupam funções na OAB nacional

O protagonismo da atuação da advocacia mato-grossense levou à nomeação, pela OAB Nacional, de 20 profissionais do Estado em funções dos quadros federais da entidade. Coordenadorias e comissões especiais passaram a contar, para o triênio 2019-2021, com o trabalho de Mato Grosso.

O presidente da Caixa de Assistência do Advogado (CAA/MT), Itallo Leite, passou a responder por três funções no cenário nacional: secretário-geral adjunto da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência, coordenador das Caixas da Região Centro-Oeste e membro do Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA).

“A seriedade da condução de Itallo Leite frente à Caixa faz reflexo no cenário nacional. Ele está de parabéns. Desejo sucesso em mais esses desafios”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

A vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso, assumiu a função de mem-

bro consultora da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da OAB.

O diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Flávio Daltro, foi nomeado membro da Comissão Especial de Direito Agrário e do Agronegócio, assim como o presidente da Subseção de Diamantino da OAB, Pêrsio Oliveira Landim.

Secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira passou a ser membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos. A mesma função assumiu o advogado Mário Olímpio Medeiros Neto, que integra, em Mato Grosso, a Comissão de Direito da Mulher.

O secretário-geral adjunto da OAB-MT, Fernando Augusto Vieira Figueiredo, tornou-se membro da Comissão Especial da Advocacia Corporativa

O conselheiro federal da OAB-MT Felipe Matheus de França Guerra foi nomeado vice-presidente da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário; a advogada Fabrina Ely Gouvêa, como membro da Comissão Especial de Energia; a conselheira federal da OAB-

-MT Ana Carolina Naves Dias Barchet passou a ser membro consultora da Comissão Nacional de Direito Ambiental; Luciana Póvoas Lemos integrou, como membro, a Comissão Especial do Código de Processo Civil; Rodrigo Palomares Maiolino de Mendonça passou a ser membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor e Marden Elvis Fernandes Tortorelli, membro da Comissão Especial de Falências e Recuperação Judicial.

Os demais nomeados são a presidente da Comissão da Infância e Juventude da OAB-MT, Tatiane de Barros Ramalho, como membro da Comissão Especial da Criança e do Adolescente do CFOAB, e o advogado Breno Augusto Pinto de Miranda, como membro da Comissão Nacional de Sociedades de Advogados. Ele também preside a Comissão das Sociedades de Advogados da OAB-MT. O advogado Francisco Esgaibe também foi nomeado membro da Comissão Nacional de Legislação, o profissional Bruno Felipe Monteiro Coelho, como membro da Comissão Espe-

cial de Direito Bancário, Nelson Freitas Nato, como membro da Comissão Especial de Diversidade Sexual e Gênero, e a advogada Dinara de Arruda de Oliveira, como membro da Comissão Nacional de Educação Jurídica.

Ainda em destaque, o diretor-geral da Escola Nacional da Advocacia (ENA) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Ronnie Preuss Duarte, nomeou o advogado Marcos Antônio Lorga como coordenador nacional de Direito Empresarial da instituição. A coordenação foi criada na atual gestão, tendo à frente o profissional de Mato Grosso. Marcos Lorga já foi diretor-presidente da Escola Superior de Advocacia no Estado na gestão 2016-2018.

“É a advocacia de Mato Grosso ocupando os espaços e se destacando no cenário nacional, fruto de um trabalho de protagonismo construído no dia a dia das lutas da Ordem. Todos estão de parabéns e que tenham um grande trabalho”, finalizou Leonardo Campos.

Seis diretorias de subseções da OAB-MT tomam posse em março



Água Boa



Juara



Canarana



Juína



Nova Xavantina



Vila Rica

A Diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) deu posse, ao longo do mês de março, aos novos dirigentes de seis subseções eleitos para o triênio 2019-2021: Água Boa, Canarana, Juara, Juína, Nova Xavantina e Vila Rica.

Em 8 de março, o presidente da Subseção de Juara, Ghyslen Robson Lehnen foi empossado, juntamente com seu vice Elcio Lima do Prado e demais diretores, em solenidade realizada pela manhã. No mesmo dia, em Juína, o presidente da Subseção, Nader Thomé Neto, sua vice-presidente Enadia Garcia dos Santos Ribeiro e diretores tomaram posse, à noite.

No dia 14 de março, as posses foram em Vila Rica – com o presidente Sérgio Roberto Junqueira Zoccoli Filho e o vice-presidente Murilo Souza Guimarães – e em Canarana, onde foram empossados o presidente Sérgio Roberto Rocha Renz e a vice Raquel Nadão, além dos demais diretores.

Ainda na região do Araguaia, tomaram posse, no dia 15 de março, os presidentes de Nova Xavantina – Jessé Candini e vice-presidente Iandra Santos Moraes –, de Água Boa – Laís Bento de Resende e o vice Tiago Luis Bortolini – e de Barra do Graças: André Luiz Soares Bernardes e o vice-presidente Lourival Moreira da Mata, além dos demais membros das diretorias.

OAB-MT presta homenagem ao tricentenário de Cuiabá em sessão solene

No dia 8 de abril Cuiabá completa 300 anos. O tricentenário da Capital marca um período de avanços e transformação da cidade e está sendo celebrado pela OAB-MT com a campanha "Terra de direitos e conquistas".

Em solenidade especial realizada no dia 2 de abril, a OAB-MT reverenciou a Capital mostrando como a trajetória da entidade e da cidade se cruzam através dos tempos. A OAB-MT surgiu já neste último terço de vida de Cuiabá,

mas a advocacia esteve presente ao longo de toda a sua história.

Nomes importantes como o de Silva Freire, autor do termo "cuiabania", que expressa o sentimento mais presente nessa data, estão eternizados nas paredes da OAB-MT. A galeria Silva Freire é a porta de entrada da instituição.

"Nossa homenagem é ao povo cuiabano, um povo guerreiro, um povo de luta que assim como a OAB-MT e a advocacia estão no dia a dia lutando pelos seus direitos e por conquistas", explicou a vice-presidente da Ordem, Gisela Cardoso.

De acordo com o secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, a solenidade é uma oportunidade para fazer uma pequena reflexão sobre o momento que vivenciamos. "Um lugar sempre é feito de gente. Tem as flores, os rios, as matas, mas o mais importante de qualquer lugar são as pessoas. Então, nós cuiabanos temos muito a comemorar. Se a cidade não

está tão bonita, se os nossos direitos não estão tão garantidos, porém, a nossa gente continua guerreira, lutando pelos seus ideais".

Com cerca de 300 pessoas, a solenidade contou com a participação do presidente da Câmara de Cuiabá, Misael Galvão, que enfatizou o papel social da OAB-MT neste tricentenário, lembrando a série de ações desenvolvidas.

Personagens marcantes da história de Cuiabá ao longo de seus 300 anos, como a mãe do ex-governador Dante de Oliveira, dona Maria de Oliveira, marcaram presença na solenidade. As famílias tradicionais cuiabanas também estiveram representadas pela advocacia.

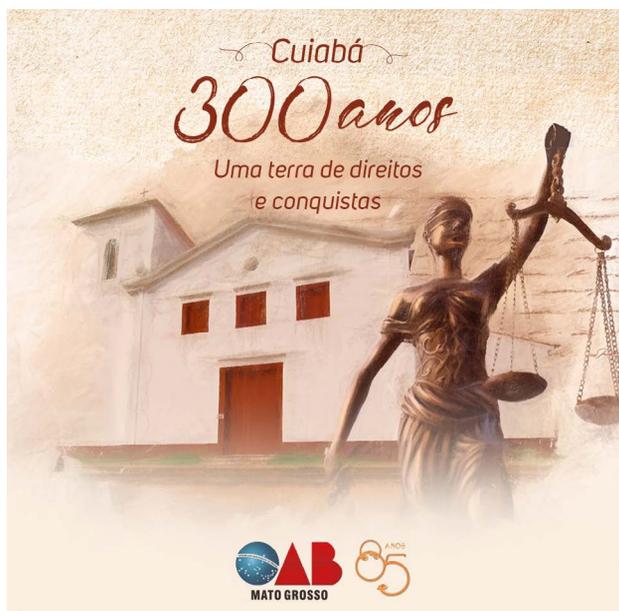
Neto de Mauri de Celso Leite, o "Dito da Mangueira", o presidente da CAA/MT, Itallo Leite, destacou o orgulho em comemorar a data. Da mesma forma, a procuradora do Estado, Gabriela Novis Neves Pereira Lima, neta do "Bugre" e de Archimedes Pereira Lima.

Dos quadros da OAB-MT surgi-



ram nomes que se destacaram nos mais diversos setores de Cuiabá: Política, Cultura, Esporte, entre outros.

Além da campanha que reverencia os 300 anos da Capital, a Ordem mantém uma agenda constante de ações e um firme posicionamento social, enfrentando embates polêmicos. Desde a promoção de debates nas campanhas para a prefeitura e governo do Estado, realização de audiências públicas sobre os temas mais atuais que afligem a sociedade; levando informação para todos os públicos, desde os bancos da escola até depois de sua formação; até o enfrentamento de assuntos emblemáticos, como as ações que questionaram a verba indenizatória de deputados estaduais, interceptações telefônicas ilegais e outras.



Projeto Mão Na Roda será reeditado por Ordem e Associação Paz e Bem

Parceiros em uma ação solidária que rendeu a aquisição de oito cadeiras-de-rodas para doação, a OAB-MT e a Associação Paz e Bem vão reeditar o projeto Mão Na Roda, iniciativa que faz a coleta de livros em desuso, assim como papéis, materiais plásticos e alumínio para serem vendidos a recicladores e, com a renda, garantir a compra de equipamentos de mobilidade a portadores de deficiência. Durante 2018, o Sistema OAB-MT arrecadou mais de 11 toneladas de livros, com as quais foi possível adquirir as cadeiras-de-rodas.

"Dessas cadeiras, ficaremos com uma na Seccional e as outras sete doaremos às subseções que mais arrecadaram os livros. Conseguimos arrecadar 11,8 mil quilos de livros. Hoje, a Associação entrega essas cadeiras à OAB e já com o incentivo de reeditarmos esse projeto", explicou o presidente da OAB-MT, Leo-

nardo Campos, durante a entrega oficial dos equipamentos, na sede da Seccional, no dia 22 de março.

O presidente da Associação Paz e Bem, Fábio Pacheco, agradeceu o empenho do Sistema OAB-MT. "Muitas pessoas hoje ainda nos procuram graças a essa parceria. Temos cinco escritórios de advocacia aos quais vamos regularmente coletar. Coloco-me à disposição àqueles que queiram, entrem em contato para coletarmos as doações. O projeto Mão Na Roda continua".

Ao longo de 2018, a Associação conseguiu comprar 13 cadeiras-de-rodas ao total. Para angariar um exemplar são necessários quase 1,4 mil quilos de papel. Cada item sai ao valor de R\$ 275, se adquirido em São Paulo. A Paz e Bem conta com o apoio da transportadora Solidez, que traz os equipamentos sem custo para Estado. Em Mato Grosso, tem o apoio da



transportadora Águia Sul para o recolhimento do material doado.

A Associação Paz e Bem fica na avenida Joaquim Louzada, quadra 9, lote 6,

no Parque Residencial Tropical Ville, em Cuiabá, próximo à fábrica de bebidas. O contato pode ser feito pelo telefone (65) 99923-9920, com o próprio presidente.

III Colégio de Secretários-gerais revela que Seccional de MT está alinhada na gestão

Sediado no Conselho Federal da OAB, o III Colégio de Secretários-gerais do Sistema OAB contou com a participação do representante da Seccional de Mato Grosso, Flávio Ferreira, no dia 25 de março. Com a proposta de alinhar procedimentos administrativos, o encontro demonstrou como a OAB-MT caminha paripasso com as estratégias defendidas pela OAB nacional quanto ao gerenciamento.

Flávio Ferreira avaliou como muito positiva a realização, pois houve a participação de secretários-gerais de todo o país para discutir o alinhamento de procedimentos.



“Observou-se que as seccionais têm procedimentos diferenciados em relação à administração da Ordem. A ideia, então, é a unificação. Ouvindo

os participantes, vimos que é um avanço a nossa administração, principalmente em questões de plano de cargos e salários, tendo em vista que poucas seccionais têm, e nós já temos. O sistema eletrônico de gerenciamento e administração da grande maioria ainda não foi implantado. Enfim, nossa OAB-MT está no caminho certo nesse alinhamento com a OAB nacional”, ponderou o secretário-geral.

“Quanto à gestão de pessoal, fiz uma ponderação. Já na gestão passada, a nossa administração fez aquela contratação com a Fundação Nova Chance substituindo os terceiri-

zados pelos reeducandos. Houve redução nos custos, melhoria na qualidade do trabalho de cada um, e isso chamou muita atenção de todos também”, acrescentou o advogado.

Em vídeo gravado pela equipe do CFOAB, o secretário-geral da OAB-MT lembrou a importância do olhar social da Ordem como uma de suas funções previstas na Constituição e, ao trabalhar de forma organizada administrativamente, permite que as comissões temáticas possam atuar para amparar a advocacia e a sociedade.

O secretário-geral do CFOAB, José Alberto Simonetti, explicou que o encontro teve como propósito discutir a implementação de novas ferramentas e práticas para maior ganho à advocacia e, sobretudo, ao Sistema OAB. “Com essas novas práticas, prestará um melhor serviço à advocacia e à sociedade brasileira”, finalizou.

Diretores-tesoureiros do Sistema OAB se reúnem no Conselho Federal

O Colégio de Diretores-tesoureiros dos Conselhos Seccionais da OAB foi realizado em Brasília no dia 11 de março, ocasião em que os dirigentes responsáveis pela gestão do tesouro da Ordem em cada seccional reuniram-se com o diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB, José Augusto de Araújo Noronha. O diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Daltro, compareceu ao encontro.

Os debates deram-se em torno da responsabilidade fiscal e da melhoria dos sistemas de gestão. Estiveram em discussão a definição de um padrão nacional de realização de contabilidade nas seccionais, exemplos de eficiência administrativa, necessidade de cumprimento dos prazos, relação entre custos e efetividade, entre outros temas.

Para Noronha, faz-se cada vez mais necessário o melhor alinhamento possível das Seccionais entre si e destas com o Conselho Federal da Ordem. “É o ponto de partida desta gestão para que cumpramos à risca e de modo fiel os procedimentos internos de transparência contábil e prestação de contas no Sistema OAB. As Seccionais não competem, pelo contrário: devem estar unidas pelo ideal de fortalecer a cultura da transparência”, apontou.

A reunião foi amparada pelo compromisso dos tesoureiros das seccionais em envidar esforços para o cumprimento do Provimento nº 185 do Conselho Federal da OAB, que dispõe sobre regras de gestão no Sistema OAB, incluindo-se a aderência aos fundamentos de responsabilidade fiscal, o desenvolvimento do capital humano, a tecnologia da informação e a transparência.

OAB conclama parceria do Ministério Público de Contas para cobrar investimentos na regularização de terras em MT

A OAB-MT quer o apoio do Ministério Público de Contas do Estado para cobrar do Poder Executivo maior investimento no Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), órgão responsável por gerenciar a questão fundiária do território estadual, dentre outras pastas. Conforme o presidente da Comissão de Direito Agrário da entidade, Irajá Rezende de Lacerda, a necessidade se baseia no fato de que, quando regularizada a situação fundiária, a arrecadação estadual será ampliada, em virtude, também, da segurança jurídica gerada.

“Se pegarmos a atenção que o governo dá na aplicação de recursos para o Instituto de Terras, para Secretaria de Meio Ambiente, entre outros que fazem a gestão fundiária do Estado, é ínfima. Discutimos na Comissão e decidimos que seria interessante chamar o Ministério Público de Contas, o Tribunal de Contas (TCE) para poder entrar nessa demanda junto conosco, de priorizar essas áreas”, esclareceu o advogado em visita realizada, no final de março, ao procurador-geral

de Contas de Mato Grosso, Alisson Carvalho de Alencar.

Conforme Irajá Lacerda, a importância que o setor fundiário tem para Mato Grosso ainda é de pouco conhecimento. O trabalho do Intermat, que é de regular toda a questão fundiária do Estado, ainda é desconhecido pela própria administração. Todo o órgão, que realiza tarefas como identificação das áreas, gestão da política fundiária, aplicação dos recursos, titulação, dentre outras, conta com menos de 55 servidores. “É uma estrutura muito enxuta”, assinalou.

O advogado mencionou que o próprio Executivo não tem suas áreas públicas identificadas. Segundo ele, o órgão regulador tem mais de 3 mil processos “estacionados” para regula-

rização fundiária, cuja solução esbarra na falta de estrutura. Outros 7 mil lotes urbanos também carecem de regularização, cujos proprietários têm interesse em regularizar, mas os processos seguem parados no Intermat.

O presidente da Comissão ainda reforçou a necessidade de se implantar uma cultura de priorizar a regularização fundiária em Mato Grosso para trazer segurança jurídica às relações no Estado, o que acaba promovendo novos investimentos. “Gera empregos, impostos, faz a economia girar e gera dignidade”, completou.

O procurador-geral de Contas destacou a parceria da OAB-MT junto ao Ministério Público de Contas, sobretudo para o aprimoramento das decisões tomadas no órgão. Sobre o tema da reunião, disse já estar a par das dificuldades enfrentadas pelo órgão. “Temos interesse em avaliar melhor essa situação. De fato, só recebemos informações prejudiciais sobre o Intermat, de que está ultrapassado, não exerce seu papel, não tem sistemas eficientes”, encerrou informando que encaminhará o pleito da OAB-MT ao procurador responsável para dar prosseguimento.



Com mais de 50 comissões temáticas, OAB-MT destaca seu papel social

Com papel notadamente reconhecido de representante da sociedade civil, a OAB-MT conta com 51 comissões temáticas. São mais de 700 advogados e advogadas se debruçando sobre os mais diversos temas que afetam não apenas a advocacia, mas toda a sociedade.

No dia 21 de março, a diretoria da OAB-MT reuniu os presidentes de todas as comissões temáticas para tratar sobre a agenda de trabalho

e definir as diretrizes de atuação. “A Ordem é a casa do debate”, reforçou o presidente Leonardo Campos, lembrando da missão dos advogados e advogadas que aceitaram o desafio de prestar o serviço à advocacia e à sociedade ao integrar as



comissões, tendo em vista o papel social a ser desempenhado pelas mesmas.

Dentre os objetos de estudo das comissões temáticas da OAB-MT estão assuntos afetos diretamente à advocacia, como defesa dos honorários, por exem-

plo, mas também ações exclusivamente voltadas para a sociedade, como as desenvolvidas pela comissão de Cultura e Responsabilidade Social.

Com um histórico de forte atuação, os trabalhos das comissões da

OAB-MT já alcançaram projeções nacionais, a exemplo da campanha “Mero Aborrecimento Tem Valor”, lançada em Mato Grosso e ampliada para todo o país para analisar o dano moral causado aos consumidores. Há também ações que já se tornaram parte do calendário de eventos como o “Maio Trabalho”, “OAB vai à Escola”, seminário de combate à explo-

ração sexual de crianças e adolescentes, entre outros. Ainda, são os integrantes das comissões temáticas que representam a Ordem em seus assentos nos conselhos municipais e estaduais que discutem sobre os respectivos temas.

Ordem fica de casa cheia para tratar aspectos sociais e técnicos de insolvência empresarial

De casa cheia, com mais de 270 participantes, a OAB-MT sediou a palestra “Insolvência Empresarial – Temas Atuais e Relevantes sobre a Lei 11.101/05” em 21 de março. Os aspectos sociais sobre a importância da manutenção das empresas no Brasil, assim como a necessidade de segurança jurídica em todas as áreas, deram o tom da abertura, quando também foi realizada a posse dos membros da Comissão de Estudos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, realizadora do evento.

“Como é gratificante ver esse auditório lotado. Cheio de pessoas interessadas em debater um tema tão caro para o país, para a democracia, para a cidadania, pois emprego é cidadania. Manutenção da função da empresa é dar dignidade ao cidadão brasileiro, portanto, um tema de fundamental importância e a Ordem está de parabéns,

saindo à frente no cenário nacional discutindo este tema”, saudou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Tendo a casa das liberdades democráticas como palco da discussão, o presidente da entidade destacou a importância dos palestrantes presentes no evento e como realizações como essa contribuem para a formação de jurisprudência, para a provocação do Judiciário em prol da distribuição de justiça “num tema tão sensível”, reforçou.

“Precisamos essencialmente de segurança jurídica. O Brasil hoje necessita de estabilidade em todas as suas áreas, que está diretamente ligada à segurança jurídica, que precisa ser o tema da vez e, em especial, na Lei de Recuperação Judicial e Falência. Clareza nos posicionamentos, nas interpretações daquilo que o legislador quis trazer”, acrescentou Leonardo Campos.

Parceira na realização da pales-

tra, a ESA-MT estava representada por seu coordenador pedagógico, Welder Queiroz, que tratou da missão do braço educacional da OAB-MT para com as comissões. “A missão da ESA-MT é contribuir com as comissões para realizar eventos como esse. Agradeço aos palestrantes que dedicaram seu tempo para nossa formação, a formação da advocacia e do Judiciário. Que esse conhecimento sirva para engrandecer todos os advogados e advogadas de Mato Grosso”.

Posse – Prestaram o juramento diante da plateia os integrantes da Comissão de Estudos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas, formada por 29 membros, minutos antes do início das palestras, conduzidos pelo presidente Breno Augusto



Pinto de Miranda.

“A comissão inicia sua jornada com 29 membros, notáveis profissionais que militam na área de insolvência empresarial. Na humildade do meu coração, enxergo o voto de confiança dos que entregam o leme da altiva comissão ao mais modesto dos seus integrantes, mas que verdadeiramente é um advogado que nunca descreu dos seus ideais”, parafraseou o advogado Caio Mario da Silva Pereira, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, ao assumir a missão em 1975, o presidente da Comissão em seu discurso.

Exposição convida famílias a despertar o sentimento de amor

Você acredita em amor à primeira vista? A frase pode parecer clichê, mas o que os olhos despertam no coração ao encontrar aquela pessoa capaz de transformar toda a sua vida é um sentimento quase indescritível.

Há quem diga que amor verdadeiro mesmo é amor de pai e mãe. E foi também à primeira vista que o amor incondicional nasceu para muitas famílias que fizeram a opção de adotar. Foi assim, ao olhar para o pequeno Davi Gabriel, que nasceram os pais Adenise e Elilton da Silva Almeida.

“O que os olhos veem o coração sente”. Quem já passou pela experiência pode afirmar com toda a certeza que o nome da Exposição Fotográfica que chegou a sua segunda edição neste ano não mente.

E é justamente esse o objetivo do evento promovido pela Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara) em parceria com a Comissão de Infância e Juventude (CIJ) da OAB-MT. As imagens das famílias que já adotaram e das crianças que estão aptas a serem adotadas



estão expostas para visitação na galeria Silva Freire, na sede da Ordem, em Cuiabá.

“Queremos dar visibilidade para essas crianças e adolescentes que estão aptos à adoção mas não conseguem encontrar um lar”, explicou a presidente da CIJ, Tatiane de Barros Ramalho.

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Mato Grosso 119 crianças e adolescentes estão aptos a

adoção e, apesar dos 986 pretendentes a adotar cadastrados no sistema, a maioria não consegue encontrar uma família.

No Brasil, o número de adolescentes a serem adotados é quase o triplo em relação às crianças com até três anos de idade.

E foi graças à primeira edição da exposição “O que os olhos veem o coração sente” que dois adolescentes encontraram um lar.

“Conseguir que um adolescente seja inserido num lar de amor é muito gratificante. Se apenas um for adotado, nosso trabalho já vai ter valido a pena”, comenta a presidente da CIJ.

Apesar do número de famílias buscando a adoção ser muito maior do que a quantidade de crianças e adoles-

centes em busca de um lar, o processo nem sempre é simples.

A presidente da CIJ explica que os interessados devem, em primeiro lugar, procurar uma das varas da Infância e Juventude para darem início ao processo. O trâmite passa pelo cadastro junto à Corregedoria de Justiça, preenchimento do formulário e consultas com assistentes sociais e psicólogos.

Tatiane de Barros Ramalho destaca que a adoção é irrevogável. “Então muitas pessoas me perguntam por que demora tanto. Demora exatamente para que a família tenha o preparo necessário diante de uma decisão definitiva”.

Contudo, em que pese todo o trâmite processual, o sentimento fraternal ao encontrar um filho é imediato. Como conta Elilton que, em cerca de quatro meses, já estava com Davi Gabriel em casa.

A Exposição “O que os olhos veem o coração sente” está aberta a toda a sociedade e pode ser conferida na galeria Silva Freire de segunda a sexta-feira das 9h às 17h30.

Mato Grosso ainda precisa avançar na eliminação da discriminação racial

No dia 21 de março foi celebrado o Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. A data foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em referência ao Massacre de Sharpeville em Joanesburgo, na África do Sul, em 1960.

Presidente da Comissão de Defesa da Igualdade Racial da OAB-MT, Aurélio Augusto Junior lembra que, apesar das décadas de luta, o cenário local ainda é negativo. “Embora haja um movimento social crescente em busca de garantir e efetivar direitos aos grupos étnicos raciais historicamente discriminados, observamos ainda casos de violações de direitos básicos, seja na esfera individual ou coletiva, em razão justamente dos elementos étnico-raciais”, comentou.



Ele lembrou que as estatísticas que compõem o sistema carcerário, os menores salários pagos, maior índice de mortalidade, desemprego, entre outros, mostram de forma coletiva a expressão do racismo.

Para ele, a primeira forma de avançar na questão é reconhecendo o

problema. “A sociedade e o poder público têm que reconhecer e, a partir disso, incentivar a promoção dos direitos sociais, dos direitos humanos”, disse.

Homenagem – Em sessão solene realizada na Câmara de Cuiabá no dia 20, Aurélio Augusto Júnior foi homenageado pelo conjunto de ações desempenhadas em prol do combate à discriminação racial.

OAB-MT se mobiliza para o enfrentamento às drogas

A Comissão de Política sobre Drogas da OAB-MT deu o primeiro passo para a criação de uma agenda positiva de ações para o enfrentamento do uso de drogas no Estado. No dia 21 de março foi realizada uma reunião com a Comissão de Direito Carcerário e advogados para apresentação, pelas entidades engajadas no tema, dos projetos e programas que já são desenvolvidos.

“É preciso que a OAB-MT seja líder com relação a essa questão social, dando apoio jurídico às instituições que necessitam, mas também fazendo as cobranças que são necessárias fazer”, destacou o presidente da comissão de Políticas sobre Drogas, Nestor Fidelis, lembrando o papel social da Ordem como representante da sociedade civil.

Durante o encontro foram apresentados por representantes das polícias Judiciária Civil (PJC) e Militar (PM) os programas de Erradicação e Resistência às Drogas (Proerd) e o De Cara Limpa Contra as Drogas, com dados sobre o trabalho já desenvolvido em Mato Grosso. Diante

do que foi exposto, a comissão estudará as atividades que podem ser realizadas para apresentar uma agenda de ações.

“Vamos trabalhar nas atividades de prevenção às drogas dando o apoio necessário como fiscal social que a OAB-MT também é. Hoje nosso foco foi a prevenção. Vemos que tanto há por fazer nesta área e temos condições de fazer esse trabalho interno, trazendo programas e projetos sociais que possam ser estendidos à sociedade”, explicou.

De acordo com Nestor Fidelis ainda serão debatidas outras frentes das ações das políticas sobre drogas para trabalhar, como a questão do tratamento, por exemplo, que ainda carece de regulamentação em Mato Grosso e será tema do próximo encontro.

O advogado ainda lembra que as drogas alcançam, direta ou indiretamente, todas as famílias. “Basta você ver que em casa as pessoas estão cada vez mais consumindo remédios para dormir, acordar, comer, fazer sexo; nas estradas, para dirigir e se manter acordado, ou seja, a droga está em todo lugar”.

TRT23 ouve demandas da advocacia



A presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), desembargadora Eliney Veloso, recebeu a OAB-MT para apresentar as demandas da advocacia junto à Justiça do Trabalho. No encontro, realizado no dia 25 de março, a vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso; a presidente da comissão de Direito do Trabalho, Roberta Borges, e os conselheiros estaduais Gabriela de Souza Correia e Hélio Machado – presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso (Aatramt) – apresentaram algumas das principais situações vivenciadas pelos advogados e advogadas trabalhistas em Mato Grosso.

Entre as dificuldades apresentadas está a liquidação dos pedidos na petição inicial diante das alterações decorrentes da Reforma Trabalhista. Isso porque os magistrados têm manifestado interpretações diferentes sobre a apresentação dos pedidos líquidos. Assim, foi solicitada uma padronização do entendimento a fim de que os profissionais da advocacia tenham mais segurança na hora de peticionar.

Outras questões relacionadas à tramitação dos processos, segundo a desembargadora, devem ser solucionadas a partir da nova versão do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), prevista para entrar em vigor a partir de junho deste ano.

Ainda, para sanar algumas das principais dúvidas da advocacia, a Comissão de Direito do Trabalho se propôs a promover cursos de capacitação e, para isso, o TRT 23 disponibilizará um servidor da contadoria para participar dos treinamentos. Um deles deve ser direcionado à utilização do PJe-Calc para dirimir as dúvidas sobre cálculos nas ações trabalhistas.

Na oportunidade a vice-presidente da OAB-MT reiterou o apoio da advocacia à Justiça do Trabalho bem como sua defesa contra qualquer ato que atente contra a mesma.

Também participaram da reunião a secretária-geral da Comissão de Direito do Trabalho, Érika Borges Soler, e os membros Alessandra de Holanda Tanigut e José Rodolfo Novaes.

OAB-MT recebe deputado federal para discussão de pautas da advocacia

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, recebeu o deputado federal Emanuelzinho no dia 7 de março. O parlamentar colocou-se à disposição para ouvir as demandas da advocacia em pauta no Legislativo nacional e debateu com o presidente da OAB-MT alguns dos projetos que já estão em tramitação na Câmara dos Deputados.

Na véspera da data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, o

deputado federal ainda solicitou o apoio da OAB-MT para o seu projeto de lei que visa alterar a Lei Maria da Penha, aumentando os dispositivos para coibir a violência contra a mulher.

Representante da sociedade civil organizada, a Ordem também se coloca à disposição para contribuir com o debate de propostas e, em breve, deve promover um encontro com toda a bancada federal.



CGJ atende pedido da OAB-MT e assegura devido acesso a processos

Atendendo prontamente ao pedido formulado pelo Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Ferreira, determinou, com urgência, a elaboração de um provimento que assegure o respeito às prerrogativas da advocacia no acesso aos processos.

A OAB-MT argumentou que o dispositivo da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça (CNGC) veda o descarte de peças pro-

cessuais para a reprodução difícil e, às vezes, até impossibilita o trabalho dos advogados e advogadas.

O corregedor compreendeu que o descarte de folhas dos processos para a digitalização é necessário para evitar a supressão de fragmentos de decisões e documentos, configurando grave ofensa à prerrogativa da advocacia, estipulada em lei de federal, do livre acesso ao processo.

No pedido, a OAB-MT sugere a alteração da CNGC para que o descarte se torne facultativo, desde que as peças

processuais sejam encartadas ao fim da digitalização, sendo o servidor do Judiciário responsável por certificar nos autos dos processos as ocorrências.

Diante da situação, o corregedor determinou que se cumpra com a urgência que o caso requer a adoção de todas as medidas necessárias para o atendimento do pleito, por meio da elaboração e provimento em sintonia com os objetivos de acessibilidade, celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

Presidente da OAB-MT, Leonar-

do Campos destacou o excelente trabalho que tem sido realizado pela diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) nesses primeiros meses de gestão.

“Atitudes como essa do corregedor Luiz Ferreira e de toda a diretoria do Poder Judiciário mostram, não o comprometimento, a vontade e, mais que isso, a capacidade de trabalhar em prol de um objetivo comum a magistrados, advogadas e advogados e todos os operadores do Direito que é a devida distribuição de Justiça”, disse.

OAB-MT cumpre seu papel ao chamar sociedade para debater Reforma da Previdência

Cumprir seu papel constitucional como defensora das liberdades democráticas foi o que atingiu a OAB-MT ao realizar a audiência pública sobre a Reforma da Previdência no dia 27 de março. A entidade convidou e abriu o debate a vários segmentos da sociedade civil organizada a partir de palestras voltadas aos pontos cruciais da Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 06/2019 elaborada pelo atual governo e que será analisada pelo Congresso Nacional. Cerca de 200 pessoas compareceram ao encontro, organizado pela Comissão de Direito Previdenciário no auditório da OAB-MT.

“A OAB de Mato Grosso cumpre seu papel institucional e constitucional, que é proporcionar à comunidade, aos cidadãos, à comunidade jurídica a possibilidade de debater um tema que está na ordem do dia. É a principal proposta de reforma do novo governo e a OAB, na vanguarda, sai na frente e traz esse debate para que toda a sociedade possa compreender o que se pretende mudar em relação à Previdência Social no Brasil”, elogiou o vice-presidente da Comissão de Direito Sindical e Associativo da OAB Distrito Federal e membro da Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho



(Jutra), Cláudio Santos, que palestrou sobre tempo de contribuição e idade para aposentadoria.

A OAB foi a primeira instituição brasileira a propor uma ação de inconstitucionalidade contra a Reforma da Previdência, conforme esclareceu o secretário-geral da Ordem em Mato Grosso, Flávio Ferreira. O motivo baseia-se no entendimento de que a medida proposta, além de ser inconstitucional, fere direitos fundamentais do ser humano. “É uma medida agressiva e é preciso que a sociedade toda discuta isso”, destacou, informando que o resultado da audiência pública seria encaminhado à OAB nacional.

Representando os pensionistas e aposen-

tados de Mato Grosso, a presidente da Federação (Fedap-MT), Adelfina Barbosa de Souza, parabenizou à OAB-MT por realizar a audiência pública nesse momento, tendo em vista as mudanças que vêm ocorrendo na PEC 06. “Estamos num momento em que se quer, a qualquer custo, fazer a votação da reforma a toque de caixa. Temos que reagir, fazer audiências, debater com toda a participação da sociedade. O governo quer estabelecer a lei de cima para baixo. Temos que dar os parabéns para a OAB”.img

Convidado para tratar do tema “Servidor Público”, o vice-presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), juiz Newton Pereira Ramos Neto,

reforçou a necessidade do debate da sociedade civil organizada acerca da medida, tendo em vista que a decisão de aprovar ou não depende do Congresso Nacional, representante da vontade da sociedade.

“Parabenizo a OAB de Mato Grosso por essa iniciativa, porque é importante que a sociedade civil participe deste debate. Na verdade, a aprovação ou não dessa reforma e nos termos que ela vem sendo proposta depende do Congresso Nacional, e o Congresso depende, obviamente do olhar da sociedade, de como a sociedade vê os seus representantes”, assinalou o magistrado.

Para a organizadora do evento, a presidente da Comissão de Direito Previdenciário a OAB-MT, Marisa Macedo, as participações da sociedade no evento contribuiu para ampliar e aprimorar o debate. “Quando você ouve no noticiário que é preciso fazer uma reforma porque a Previdência tem um déficit enorme e vai falir o país, creio que todos os palestrantes demonstraram na mesma sintonia: a Previdência não é deficitária. A desculpa do governo para fazer essa reforma não é válida. É importantíssima a participação da população com questionamentos”, finalizou.

Pacto social solidário dá lugar à capitalização para beneficiar Sistema Financeiro

Deixar de cumprir o pacto social de repartição estabelecido pela Constituição de 1988 no que diz respeito à Seguridade Social para privilegiar o Sistema Financeiro brasileiro por meio da prática de capitalização foi o principal extrato resultado das discussões feitas durante a audiência pública sobre a Reforma da Previdência. A pergunta a ser respondida pela sociedade brasileira provocada pelos palestrantes e o público durante o debate é “reforma para quem?”

“Você vai sair de um regime de repartição solidária para um regime de capitalização pela Proposta de Emenda Constitucional 06/2019 (Reforma da Previdência)”, destacou o mestre em Direito das Relações Internacionais, o palestrante Cláudio Santos.

Responsável por falar sobre “Tempo de Contribuição e Idade Mínima para Aposentadoria”, o professor esclareceu que as alíquotas para contabilizar o benefício vão mudar se a medida for aprovada, sobretudo em relação à média entre 100% dos salários recebidos ao longo de todo o tempo de contribuição – na atualidade, é levada em consideração a média dos maiores 80 salários recebidos pelo contribuinte.

“É disso que estamos a falar, da redução dos benefícios de quem recebe menos. Essa é a proposta objetiva para levar o contribuinte ao regime de capitalização. É facultativo, mas os exemplos de outros países é de que a ideia é que se consiga levar as pessoas para esse regime de capitalização”, acrescentou Cláudio Santos.

Designado para tratar sobre o tema “Capitalização”, o membro da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-MT e Frente Legislati-

va criada pela Comissão Nacional de Direito Previdenciário do Conselho Federal da OAB (CFOAB), mestre em Política Social Jonas Albert Schmidt, contou como se deram as experiências nos países que implantaram a capitalização. Para ele, a proposta especificamente sobre o tema ainda está obscura, mas disse entender que o que o governo federal pretende implantar é algo próximo ao que foi feito no Chile.

“Está colocado escondidinho lá na PEC, porém ficou para uma lei complementar regular a matéria. Estamos em especulações sobre que o governo fala, que é se basear no que fez o governo chileno. Só que lá não deu certo. Foi criado em 1981. Os benefícios estão sendo pagos agora e o sistema é o de contribuição definida, ou seja, você sabe quanto contribui e não sabe quanto vai receber. Hoje, os beneficiários de lá estão recebendo em média 21% do valor do benefício. Isso causou empobrecimento da população, os idosos estão se matando, aumentou muito o número de suicídios entre os idosos em função disso”, relatou o advogado, informando ainda que 44% da população chilena estão abaixo da linha da pobreza.

O sistema de capitalização consiste na rentabilização dos recursos de contribuição por instituições financeiras, porém, sem a garantia da devolução do valor após os 40 anos de contribuição – como prevê a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06 -, reforçou Jonas Schmidt. Os montantes seguem, conforme ele, para o mercado de especulação financeira no exterior. “Aumentou muito o número de suicídios entre idosos no Chile porque não tem o mínimo de renda e dignidade para viver”.

Pontos essenciais ao debate estão sendo esquecidos, dizem palestrantes

Juiz federal e vice-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Newton Pereira Ramos Neto começou sua palestra sobre o tema “Servidor Público” na audiência pública sobre a Reforma da Previdência enumerando os erros que vem sendo tomados na condução do trâmite da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019.

“O primeiro erro desta reforma é a falta de transparência e de democratização do debate. As informações que estão sendo transmitidas pela imprensa são parciais, escondidas em argumentos técnicos, herméticos, que dificultam que a própria sociedade entenda quais são efetivamente os impactos. As informações são distorcidas, um discurso que tem sido muito utilizado é do privilégio, que ela se volta ao combate aos privilégios e muitas outras questões que estão subjacentes a essa reforma acabam não sendo debatidas”, ponderou o magistrado.

Também falou da falta de tratamento correto à informação de que a Previdência é deficitária. Informou que estudos técnicos elaborados no âmbito da Justiça Federal dão conta de que, separando o que é previdência do trabalhador rural, o regime geral, o regime do servidor público – sobretudo quanto ao Poder Judiciário da União - há superávit na Previdência Social.

Lembrou, ainda, de outras questões que estão sendo postas de lado nos debates. “Não se discute, por exemplo, porque houve desvinculação de receitas no que diz respeito às contribuições previdenciárias utilizadas para finalidades completamente estranhas ao sistema de previdência como um todo”, destacou o juiz.

Conforme ele, o governo não demonstra por quais razões não cria uma política de cobrança efetiva dos grandes contribuintes. “Só o déficit de que o governo tem na dívida ativa relacionada à cobrança de contribuição previdenciária dos cha-

mados grandes contribuintes, chamado devedor contumaz, atinge o patamar de R\$ 500 bilhões, mais ou menos a metade daquilo que o governo afirma que irá conseguir economizar com essa reforma”, asseverou o magistrado.

Coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) para Mato Grosso do Sul, a especialista em Direito Previdenciário Priscila Arraes Reino esteve na audiência para tratar do tema “Benefício de Prestação Continuada”. Mas também mencionou aspectos que estão sendo esquecidos sobre a PEC durante sua fala, principalmente a respeito da aposentadoria por invalidez, cuja proposta reduz de 100% para 60% o valor do benefício.

“Como debatedora, não tenho visto nem a imprensa falar sobre aposentadoria por invalidez. O beneficiário recebe hoje 100% sobre o salário de benefício, que é calculado com 80% dos maiores salários. Dessa média, o aposentado recebe o valor integral do benefício. Vejo isso de uma forma isonômica, porque não sei se alguém escolhe ficar incapacitado”, explicou.

Porém, conforme a proposta, cuja a concessão do benefício passa a contar com a média de 100% dos salários dos contribuintes, e não mais 80% dos melhores salários, como vigora atualmente, os beneficiários da aposentadoria por invalidez ficam prejudicados. “O aposentado por invalidez vai receber 60% do benefício que já está reduzido, porque o cálculo de salário de benefício já vai ser reduzido com 100% das contribuições, a média. E vamos partir de 60% para aqueles que têm até 20 anos de contribuição. Já tem uma queda de entorno de 20%, porque aumenta a base de cálculo e, depois, você recebe 60% do total. É uma diferença enorme e nós temos uma imensidão de pessoas que não consegue chegar a 20 anos de contribuição, quiçá 40 anos”.

OPINIÃO

Além do mês de março

O mês de março chega ao fim e nos últimos trinta dias ouvimos e participamos de muitos eventos voltados à mulher, já que esse é o mês onde se comemoram as conquistas femininas e se reforça a luta pela igualdade. Ao fazermos um balanço das atividades que envolvem a classe da advocacia, o saldo é positivo.

Dois pontos, em particular, me orgulham como representante da categoria e vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso.

Este ano, além das festividades, vimos ações diferentes sendo realizadas em diversas Subseções pelo estado. Algumas trabalharam com talk, outras com palestras para advogadas e para a sociedade, cursos com diversos temas jurídicos, corridas, enfim, inúmeros trabalhos para a sociedade e para o fortalecimento da advocacia feminina de Mato Grosso.

Esses são alguns exemplos de como o momento é impor-

tante para fortalecer a classe e as mulheres advogadas. Uma prova de que o Sistema da Ordem enxerga a mulher como um todo e isso é muito mais valioso do que receber flores e parabéns. Faz com que a data tenha realmente significado.

O segundo ponto é que ao acompanhar as posses das Subseções eu pude observar uma mudança drástica na formação das novas diretorias eleitas. Até duas gestões atrás era comum encontrar chapas formadas exclusivamente por homens. Hoje, praticamente não se encontra essa formatação.

Ainda que em menor número de presidentes, ou seja, cinco de 29 Subseções serão presididas por mulheres na gestão 2019/2021, estamos na composição das diretorias e atuando fortemente nas comissões.

As mulheres passaram a ocupar cargos dentro da Ordem, independentemente das cotas, e acredito que estão se fazendo

presentes porque houve evolução dentro do Sistema e valorização da mulher na advocacia.

Mato Grosso está na vanguarda das atividades com as mulheres advogadas. Somos exemplo para o Brasil do quanto o Sistema pode avançar e como o mercado profissional pode ganhar com isso.

As nossas advogadas são mulheres de fibra, exemplos e inspiração para outras mulheres que sonham ou atuam na área do Direito.

De salto alto, de tênis ou de rasteirinha, o fato é que já andamos muito, mas ainda temos muito chão pela frente. E não vamos desistir, nem em março, nem em nenhum outro dia.

***XÊNIA ARTMANN GUERRA**
É ADVOGADA INSCRITA NA
SUBSEÇÃO DE SINOP (MT),
VICE-PRESIDENTE DA CAA-MT
E MEMBRO DA COMISSÃO DE
DIREITO DA MULHER DA OAB-MT

“Noite das Advogadas” é marcada por homenagem a destaques do Sistema OAB-MT

Com o slogan “Mulheres que Inspiram”, a Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) fomentou em suas mídias sociais, durante todo o mês de março, campanha com importantes figuras femininas que passaram pelos quadros do Sistema OAB Mato Grosso: Ana Lúcia Steffanello, Maria Helena Póvoas e Margarete Spadoni. A ação foi finalizada durante o evento “Noite das Advogadas” que reuniu 140 advogadas, no dia 28 de março, em Cuiabá.

A vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra explica que a ideia nasceu da necessidade de contar, durante o Março Sempre Mulher, a história de três grandes mulheres de Mato Grosso. “Essa é a nossa homenagem por tudo que elas representam para a advocacia do Estado. Afinal, são, realmente, mu-

lheres que nos inspiram”.

“Fiquei muito feliz por ter participado dessa ação promovida pela Caixa dos Advogados”, conta a primeira mulher a ocupar o cargo de conselheira federal pela OAB-MT nos anos de

2004 a 2006, Ana Lúcia Steffanello.

Também demonstrando bastante satisfação em contar sua história profissional nas mídias sociais, Margarete Spadoni, agradeceu à diretoria da CAA/MT pelo convite. Ela presidiu a Caixa de

lheres que Inspiram” por suas brilhantes passagens pela Ordem.

Os vídeos com os depoimentos das três advogadas estão disponíveis no site da CAA/MT (www.caamt.com.br/videos)

Assistência dos Advogados no período de 1987 a 1989.

“Sobre essa homenagem, devo dizer que não mereço, mas, de todos os caminhos que tomei em minha vida profissional até hoje, o que mais me honrou foi o de presidente da Ordem”, afirma Maria Helena Póvoas que esteve à frente da presidência da OAB-MT por dois mandatos consecutivos, entre 1993 e 1997.

Todas receberam o troféu “Mu-



Profissionais da advocacia já podem aderir a planos individuais Bradesco Saúde

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) informa que os profissionais da advocacia já podem aderir aos planos individuais oferecidos pela Bradesco Saúde, mediante apresentação de CPF. Atualmente, há três opções de seguro-saúde disponibilizadas, todas com cobertura nacional e sem qualquer tipo de coparticipação em procedimentos médico-hospitalares.

Líder de mercado no ranking nacional de saúde suplementar, a Bradesco Saúde possui, atualmente, mais de 4 milhões de vidas e

cerca de 50,4 mil médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e consultórios credenciados em todo o país.

O consultor de seguros avalizado pela CAA/MT para a comercialização dos planos Bradesco Saúde em todo o estado, Otto Sampaio, conta que além de não ter qualquer cobrança de coparticipação nos procedimentos, o seguro-saúde ainda prevê reembolso. “O segurado pode realizar

Conheça os planos de saúde disponíveis para pessoa física:

NACIONAL PLUS - Oferece atendimento diferenciado em todas as regiões do país, especialmente para empresas que buscam uma rede referenciada exclusiva. Conta com hospitais e laboratórios que são referência em serviços de saúde no país e possui flexibilidade na escolha de padrão de reembolso que é válido para atendimento no Brasil e exterior, respeitando os limites contratuais. Acomodações somente em apartamento.

NACIONAL - Oferece comodidade de atendimento em todas as regiões do Brasil, por meio de uma ampla rede referenciada, além da liberdade na escolha de prestadores, com flexibilidade na escolha do padrão de reembolso para atendimentos realizados no Brasil e no exterior, respeitando os limites contratuais. Acomodações em apartamento ou enfermaria.

NACIONAL FLEX - Oferece atendimento em todas as regiões do Brasil, por meio de uma rede integrada de serviços adequada às necessidades dos segurados, a preços acessíveis. Possibilita aos segurados utilizar serviços fora da rede credenciada, com opção de reembolso dos procedimentos cobertos realizados em território nacional, respeitando os limites contratuais. Acomodações em apartamento ou enfermaria.

Informações: Otto Sampaio (65 9 9219-5050 / 9 9989-8228 / simseguroscaa@gmail.com)

cirúrgicas e está disponível para todos os tipos de planos.

Os profissionais da advocacia que desejarem migrar de seu atual plano de saúde para a Bradesco Saúde poderão aproveitar a carência desde que haja compatibilidade de padrão entre o plano de origem (congenere) e o plano de destino. Além da adesão ao seguro-saúde, é possível realizar a contratação conjugada ao plano odontológico oferecido pela seguradora.

Já com a contratação da cobertura Hospitalar com Obstetrícia o segurado tem assistência planejada para atender eventos relacionados a grandes riscos do segmento hospitalar com obstetrícia. A Bradesco Saúde

procedimentos médico-hospitalares cobertos pelo plano em prestadores não credenciados e solicitar o reembolso, de até R\$ 300, que será feito de acordo com os limites do contrato”.

Ele lembra que a adesão aos planos individuais é feita a partir de 01 vida, necessariamente, titular do CPF. Podem ser inclusos nessa modalidade de plano de saúde como dependentes cônjuge e filho(s).

No termo de parceria celebrada pela CAA/MT, a Bradesco Saúde oferecerá dois tipos de coberturas. A primeira é a Cobertura Completa (TOP). Ela contempla assistência nos segmentos ambulatorial e hospitalar com obstetrícia. O segurado e seus dependentes têm cobertura de despesas em consultas, exames simples e especiais, terapias, tratamentos ambulatoriais, internações clínicas e

de garante a cobertura das despesas decorrentes de internações clínicas e cirúrgicas, quando cobertas contratualmente. Válido para os planos Nacional e Nacional Plus. O consultor de seguros explica que este tipo de cobertura é ideal para quem quer ter a segurança de, numa eventualidade, ser atendido, por exemplo, em hospitais de alto custo como Sírio Libanês e Albert Einstein, em São Paulo.

Vem aí a Copa CAAMT de Integração

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) realizará edição inédita da Copa CAA/MT de Integração. O torneio reunirá equipes de futebol society femininas e masculinas, de Cuiabá e interior do Estado. As inscrições começam na segunda quinzena de abril e custarão R\$ 150 reais por pessoa (já incluso seguro atleta).

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, explica que a Copa CAA/MT de Integração será realizada em três

etapas, com a primeira prevista para o mês de maio, em Sinop. “Rondonópolis receberá uma etapa em julho e, Cuiabá, a final, em novembro. Como o próprio nome do evento já diz, temos por objetivo integrar a advocacia mato-grossense por meio da prática esportiva, proporcionando a todos qualidade de vida”.

As equipes serão formadas por até 20 atletas, devendo ter, no mínimo, 01 advogado(a) acima de 50 anos de idade. Será exigido o nú-

mero mínimo de 10 profissionais da advocacia adimplentes com a OAB-MT. Na Copa CAA/MT de Integração será permitida a inscrição de até 07 não advogados (até 02 bacharéis em Direito, até 02 servidores do Judiciário e até 03 estagiários inscritos na Ordem).

Os jogos seguirão as regras oficiais do Futebol Society (FUT 7) e terão dois tempos iguais com duração de 25 minutos e 10 minutos de intervalo. Cada vitória valerá 02 pontos e o

empate 01 ponto.

Os três melhores times nas categorias masculina e feminina receberão troféus. Serão premiados também aqueles que se destacarem como artilheiro, melhor goleiro, craque da competição e equipe mais disciplinada.

Informações sobre a Copa CAA/MT de Integração: Fabrício Pavan (65 9 9806-5760) e Marco Galera Mari (65 9 9982-0402).

Ordem realiza desagravo em Barra do Garças por desrespeito a procuradores

A OAB-MT e a Subseção de Barra do Garças da OAB realizaram, em 15 de março, ato de desagravo em virtude do desrespeito às prerrogativas profissionais de seis procuradores municipais. Eles tiveram a independência funcional ofendida, conforme concluiu o Conselho Seccional da OAB-MT aprovando a sessão de desagravo à unanimidade, após denúncia feita junto ao Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP).

Conforme os fatos narrados pelos ofendidos, na vacância do cargo de procurador-geral de Barra do Garças, eles encaminharam solicitação ao prefeito Roberto Ângelo de Farias para que fosse preenchida com procurador do quadro de servidores efetivos, em respeito à legislação que rege a carreira. Porém, concomitante à postulação dos procuradores, houve a alteração da lei, aprovada “a toque de caixa”, como consta da alegação, pelo Legislativo municipal para permitir a nomeação de procurador-geral por pessoa de confiança do prefeito.

Quando nomeado o procurador-geral Edgar Atallah, um dos reclamados



juntamente ao prefeito de Barra do Garças e o ex-procurador-geral Emerson Ferreira Coelho de Souza, os ofendidos relataram ter a carga horária majorada de 20h para 40 horas semanais, apenas eles, e seu horário de trabalho passou a ser cronometrado e controlado por funcionários da Procuradoria, direcionado exclusivamente aos procuradores que fizeram o pedido

de nomeação ao prefeito.

Os ofendidos foram os procuradores Andreia Carolina Coelho Magrini, Dilermando Vilela Garcia Filho, Nely Araújo Lustosa Vieira, Pollyana de Moraes Varjão, Sylvia Maria de Cavalcante e Thais Assunção Neves.

“Nota-se que os ofendidos, sem explicações, passaram a ser hostilizados,

ridicularizados, inferiorizados, culpabilizados e desacreditados diante dos pares e demais servidores. Tais ofensivas procuram imputar o medo e a vergonha de serem humilhados e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos agressivos no ambiente de trabalho”, asseverou o relatório do processo, assinado pelo conselheiro Pedro Martins Verão.

O processo também destacou que o abuso de poder que anule quaisquer das prerrogativas do profissional da advocacia deve ser coibido de imediato e continuamente, não apenas por ele, mas, também, por toda classe, conforme artigo 44 do Estatuto da Advocacia, e pelo Estado, “pois vai de encontro aos fundamentos e princípios de sua estrutura orgânica, podendo trazer prejuízos irreparáveis aos patrimônios da parte, do advogado e da própria administração pública, o que repercute na harmonia que devem ter os seres humanos no convívio em sociedade e, por consequência, na ordem pública”.

O ato de desagravo aconteceu em frente à Procuradoria Geral de Barra do Garças, na prefeitura.

OAB Sorriso integra projeto de remição de pena pela leitura

A Subseção de Sorriso da OAB-MT passou a integrar o projeto de Remição pela Leitura no Centro de Ressocialização da cidade, instituído em março por um conjunto de órgãos e entidades ligados à execução penal local. Através dele, os detentos poderão ter a pena reduzida a partir da leitura e da comprovada absorção do conhecimento.

Conforme o escopo do projeto, os presos a serem beneficiados serão escolhidos pela direção da unidade a partir de critérios como bom comportamento, capacidade de leitura e empenho nas atividades. A eles serão fornecidos exemplares adquiridos por órgãos do Sistema Judiciário, além de doações de entidades que atuam na área de execução penal.

A cada 30 dias, prazo estabelecido para a leitura da obra – clássica, literária, científica ou filosófica -, o

detento deverá apresentar uma resenha sobre o tema, que será avaliada. Para cada livro lido será feita a remição de quatro dias da pena por resenha aprovada. Até o final de 12 obras lidas e avaliadas, 48 dias de pena poderão ser remidos, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional no prazo de um ano.

A remição deverá ser aferida e declarada pelo Juízo da Execução Penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa, como consta no projeto.

Além da OAB Sorriso, integram a iniciativa a Defensoria Pública do Estado, o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário de Mato Grosso, a administração do Sistema Prisional do Estado e Conselho da Comunidade.

A Comissão de Direito Penal e Processual Penal da Subseção também acompanhará o projeto.

OAB Rondonópolis e PM discutem prerrogativas profissionais

A diretoria da subseção de Rondonópolis da OAB-MT, juntamente com as comissões de Defesa das Prerrogativas, de Direito Penal e de Segurança Pública, visitou o 4º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.

Durante o encontro, em março, a Polícia Militar apresentou à OAB Rondonópolis diversos planos de ações, suas aspirações e necessidades profissionais. Da mesma forma, a subseção demonstrou a necessidade de respeito mútuo entre agentes de segurança pública e profissionais da advocacia, bem como às suas prerrogativas profissionais, a fim de assegurar o cumprimento dos direitos de todos os cidadãos.

Em um encontro classificado pelo presidente da OAB Rondonópolis, Stalyn Paniago, como extremamente proveitoso, foi firmado o compromisso de que a entidade e o comando da PM trabalharão em conjunto para a melhoria de atendimento recíproco entre as instituições.



Desta forma, a subseção orienta aos advogados e advogadas que eventuais contratempores sejam sempre informados para que a adoção das medidas pertinentes e solução de conflitos.

Stalyn Paniago ainda agradeceu o empenho das comissões participantes, do 4º Comando Regional, através do Comandante Coronel PM Wilker Soares Sodrê, e do tenente-coronel Gleber Candido Moreno, do 5º Batalhão da Polícia Militar em Rondonópolis.

Informe OAB

Sema apresenta plano de ação à OAB-MT

A secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, reuniu-se com a Comissão do Meio Ambiente (CMA) da OAB-MT para apresentação do plano de ação para cumprimento do Termo de Compromisso Ambiental (TCA) firmado com a Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema) e o Ministério Público de Mato Grosso após a deflagração da Operação Polygonum. Deflagrada em dezembro do ano passado, a operação apurou fraude em aproximadamente 600 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) e, desde então, uma série de medidas vem sendo adotadas pela pasta em prol da regularização ambiental das propriedades. Presidente da CMA, Renata Viviane da Silva avaliou como positiva a reunião, uma vez que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) demonstrou estar realizando ações propositivas para melhorar a gestão administrativa, garantindo mais efetividade no atendimento ao cidadão e maior segurança jurídica.



Cerca de 150 profissionais participam de capacitação do SEEU na OAB-MT

Cerca de 150 profissionais da advocacia participaram, em março, dos dois dias de capacitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para manuseio do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na OAB-MT. Com previsão de estar 100% implantado no Poder Judiciário de Mato Grosso a partir de abril, o sistema será o meio obrigatório para a tramitação de todos os processos relativos à Execução Penal. Nas quatro turmas de treinamento os participantes puderam esclarecer as dúvidas diretamente com capacitadores indicados pelo CNJ. A capacitação foi transmitida ao vivo pelo canal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) no YouTube, onde o vídeo está disponível. Diante da importância de que todos os profissionais que atuam na Execução Penal estejam devidamente habilitados para o manuseio do sistema, a OAB-MT solicitou ao TJMT a abertura de novas turmas de treinamento. Para utilização do SEEU o profissional da advocacia deve se cadastrar no sistema. O cadastro é simples e rápido e aqueles que já possuem o certificado digital podem fazê-lo acessando o link <https://seeu.pje.jus.br/seeu/usuario/advogadoCertificado.do?actionType=carregar>.

TRT informa que não guardará armas nas unidades do interior

A Coordenadoria de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso 23ª Região comunicou à OAB-MT que não acautelará armas de fogo ou quaisquer outros objetos perigosos dentro das Varas de Trabalho e Foros do interior do Estado. A justificativa é a ausência de estrutura necessária para a guarda dos itens. O portador deverá guardar o armamento/objeto perigoso em local que achar pertinente antes de entrar nas unidades do TRT. O impedimento de entrada é somente para o armamento, não à pessoa, como reforçou o Tribunal. Somente policiais que estejam em missão – conduzindo presos – poderão portar o artefato no interior dos fóruns e varas trabalhistas.

PJe 2.0: Poder Judiciário elabora tutoriais para facilitar acesso

O Judiciário de Mato Grosso produziu cinco tutoriais sobre o uso do sistema da nova versão do Processo Judicial Eletrônico, o PJe 2.0. Para ter acesso, basta visitar o canal do Tribunal de Justiça no YouTube. Os vídeos ensinam passo a passo como utilizar a ferramenta, que como qualquer outro software, está sendo constantemente aperfeiçoado. O PJe 2.0 está mais versátil e poderá ser acessado, a partir de qualquer navegador atualizado, por magistrados, servidores, advogados, membros do Ministério Público, defensores públicos e população em geral.

Comissão de Direito de Energia convida advocacia a participar

A Comissão de Energia da OAB-MT reiniciou os trabalhos na atual gestão e abriu o convite à advocacia que se destaca no setor de energia elétrica, ou interessados na área, para integrar o grupo. A intenção é divulgar o Direito de Energia e, desta forma, diminuir a distância entre processo decisório de políticas públicas e a legislação do setor energético do país, como frisou a presidente da Comissão, Fabrina Ely Gouvea.

Em Destaque



Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da OAB-MT, Houseman Agulhari, e o secretário-geral, André Antunes, visitaram a nova gestão do Intemat para tratar do atendimento dispensado à advocacia e estabelecer o primeiro contato de trabalho. Foram recebidos pelo responsável pela Unidade Jurídica do órgão, Klismahn Santos do Monte



A primeira-dama de Mato Grosso, Virgínia Mendes, tornou-se madrinha adotiva da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara), em solenidade na OAB-MT. A entidade conta com a parceria da Comissão de Infância e Juventude para dar visibilidade às crianças e aos adolescentes do Estado que aguardam ter em um lar



Membros da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT reunidos pela primeira vez para dar início aos trabalhos da gestão 2019-2021



Cerca de 400 pessoas estiveram presentes na OAB-MT em evento realizado pelas comemorações dos 25 anos do curso de Direito do Centro Universitário de Várzea Grande (Univag) e dos 30 anos de existência da instituição. Na pauta, o Direito Desportivo



Diretores da Faculdade LaSalle, de Lucas do Rio Verde, visitaram a OAB-MT para uma reunião institucional para debater, sobretudo, a melhoria na qualidade do ensino na área de Direito

